

**GT 22 – Educação Ambiental****PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS FREQUENTADORES DA APA MORRO DO  
URUBU: POSSIBILIDADES PARA A CONSTRUÇÃO DE VALORES ACERCA DA  
EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Mônica andrade modesto – UFS<sup>1</sup>  
Maria inêz oliveira araujo - UFS<sup>2</sup>  
FAPITEC/UFS

Nos últimos trinta anos a comunidade acadêmica têm se preocupado com o meio ambiente que vem sofrendo com as diferentes ações antrópicas que tem acentuado as modificações dos espaços e paisagens por agirem de forma intensa sem refletir acerca das consequências que tais atitudes podem causar. Concordamos com Jacobi (2003) quando argumenta ser necessária uma reflexão sobre as práticas sociais desenvolvidas pelo homem num contexto que são predominantemente marcadas pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema.

Assim, um dos caminhos ou esperança que possibilitará alcançar uma prática reflexiva está na Educação Ambiental (EA), que pode ser entendida como um processo que deve ser desenvolvido continuamente a fim de que os envolvidos adquiram valores capazes de modificar suas atitudes para com o meio.

Porém, é importante ressaltar que não se deve colocar ao encargo da EA a salvação do mundo, mesmo sendo uma poderosa ferramenta para conscientização do ser humano, transformar a realidade na qual estamos inseridos, não é tarefa exclusiva da educação escolar, mas envolve todos os outros setores sociais, posto que a educação não acontece de forma isolada no espaço escolar, ela permeia todos os segmentos da nossa sociedade. Como afirma

---

<sup>1</sup>Aluna do Mestrado do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Professora do Quadro Permanente da Secretaria de Estado da Educação de Sergipe. monicamodesto1@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Educação. Professora do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. inezaraujo@hotmail.com

Guimarães (2000, 2000a), a educação ambiental vem sendo chamada a resolver os problemas da sociedade urbano-industrial, sob o vérticedo anseio de contribuir para uma formação consciente da responsabilidade com o ambiente. Apesar de reconhecer as limitações da educação ambiental para transformar o mundo no que queremos, alimentamos a esperança de que através dela que os problemas socioambientais podem ser reduzidos, visto que se ocupa de desenvolver valores viáveis para boa convivência do homem no seu meio. Dias corrobora com esta ideia quando afirma que a Educação Ambiental é

Um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornem aptos a agir e resolver problemas ambientais, presentes e futuros (DIAS, 2004, p. 523).

O objetivo deste trabalho consiste em apresentar uma proposta de desenvolvimento da educação ambiental com visitantes do Parque da Cidade, utilizando a Linha do Tempo como estratégia de sensibilização e recurso didático para que, mediante a historicidade do Parque e da APA Morro do Urubu, fosse possível auxiliar os frequentadores na compreensão do contexto atual da referida APA, assim como tomar consciência da necessidade da comunidade frequentadora se tornar co-responsável pela qualidade do ambiente.

As práticas pedagógicas direcionadas para a EA devem estar centradas em atividades contínuas e que possibilite a construção do conhecimento a simples transmissão de informação. Assim, será possível despertar o sentimento de corresponsabilidade nos seus envolvidos. As práticas em educação ambiental devem centrar-se ainda num processo que permeia a construção de valores, ideologias e reflexões acerca do papel do ser humano no Planeta e forma como se relaciona com o ambiente próximo.

Por se tratar de uma prática fora dos domínios escolar, as atividades desenvolvidas na APA Morro do Urubu, caracteriza o processo educativo de educação não-formal que segundo Gohn (2006), argumentando sobre a educação, é aquela educação “que se aprende no 'mundo da vida', através de processos de compartilhamento de experiências, sobretudo em espaços e ações coletivos da vida cotidiana” (p.28). Embasando-se ainda na concepção de ensino não-formal é que se definiu a metodologia que norteou o desenvolvimento desta pesquisa.

## **A APA MORRO DO URUBU**

Em 1993, é criada a Área de Proteção Ambiental (APA) do Morro do Urubu. Esta APA caracteriza-se numa unidade de conservação de uso sustentável e foi regulamentada através dos decretos nº 13.713, de 14 de junho de 1993 e 15.505, de 13.07.95. A APA incluiu o espaço do parque e de um contingente do entorno.

Segundo Silva (2004), a APA foi criada com o intuito de proteger o segmento agrícola de subsistência da invasão urbana que surgia, proteger o morro do desmonte de suas encostas e da erosão por ele causada e minimizar a presença de grupos marginais que procuravam abrigo no Morro.

A criação de uma área de proteção ambiental em espaço público é de suma importância para a preservação deste local, pois de acordo com Diegues (1994), possibilita uma reflexão emblemática acerca da relação homem-natureza, se por um lado não impede o acesso da comunidade, por outro normatiza seu uso. Espaços públicos protegidos permitem a conservação do espaço, pois requerem políticas para sustentabilidade por intermédio de realizações de práticas pedagógicas, ações de educação não formal e informal. Esses espaços geralmente são campos propícios para o desenvolvimento de estudos e intervenções. Tais ações se unificam num fim comum: desenvolver a educação ambiental crítica que trabalha fundamentalmente com a construção de valores do indivíduo.

## **O PARQUE DA CIDADE**

O Morro do Urubu existe e é conhecido desde os tempos do descobrimento do Brasil, já citado em 1587 por Gabriel Soares de Souza em sua obra Tratado Descritivo do Brasil, esse tratado constitui um dos primeiros e mais completos relatos sobre as terras brasileiras que traz dados importantes como dados geográficos, botânicos, etnográficos e lingüísticos. Gabriel foi um colonizador português que veio ao Brasil na intenção de colonizar terras e foi dono de um grande engenho. Em seu tratado ele já se refere ao Morro do Urubu.

(...) e quem vem do mar em fora verá por cima deste rio um monte mais alto que os outros, da feição de um ovo, que está afastado da barra algumas seis léguas, pelo qual é a terra bem conhecida. A este monte chamam os índios Manhana, que quer dizer entre eles “espia”, por se ver de todas as partes de muito longe. (SOUZA, p. 66, 1587).

Este rio ao qual Souza se refere é o rio Sergipe que era a principal entrada para a província e que nos dias atuais não tem mais as mesmas atividades intensas que já tivera outrora. Este monte continua sendo avistado pelos que vem pelo rio e pela ponte que liga Aracaju à Barra dos Coqueiros construída recentemente.

O cenário do Bairro Industrial começa a se modificar em 1884 quando foi fundada a primeira fábrica de tecidos. O bairro e seu entorno, incluindo este morro passam então a sofrer um grande processo de povoação. Em 1904 é instalada outra fábrica de tecidos consolidando a denominação do bairro e definindo este lugar como um espaço importante para a economia sergipana. Nesta época também foram construídos grandes casarões no alto da colina de Santo Antônio, hoje pertencente ao Bairro Santo Antônio e à beira do rio Sergipe pelas famílias mais abastadas e pelos donos das fábricas.

Nas décadas de 1950 e 1960, outra atividade econômica que se desenvolvia nas proximidades do morro era a atividade salineira que era realizada na margem direita do Rio do Sal. Durante esta época o bairro Industrial ainda não era totalmente urbanizado, mas já havia uma população de baixa renda instalada nas proximidades do morro e mais de cem agricultores exploravam suas porções de terra realizando cultivos de coqueiros, mangueiras, capineiras e roças de milho e mandioca. Em 1975 é construída a Avenida Euclides Figueiredo contornando o morro do Urubu e margeando as salinas facilitando o acesso a este local. Neste mesmo ano deu-se início ainda ao processo de idealização e construção de um parque dentro da área do morro.

Embora o parque tenha sido criado, seu objetivo de proteger a mata não foi alcançado porque a população continuou utilizando as porções de terra que sobraram do morro para continuar desenvolvendo atividades agrícolas não autorizadas e ainda retiradas de recursos naturais. Todavia, o objetivo de proteger a mata também não foi alcançado por conta de outro fator extremamente importante: o parque foi construído, mas não houve um trabalho de sensibilização com os moradores desta área causando problemas de caráter social, econômico, político e cultural.

As mudanças no Morro foram acontecendo, mas algumas práticas continuaram permanecendo como a atividade agrícola desordenada, bem como as construções irregulares no seu entorno. Por sua vez, a criação do parque tem a sua relevância, pois estabeleceu a permanência das suas riquezas naturais permitindo ao ser humano a sua apreciação e o seu cuidado de forma próxima através de visitação, realização de passeios e práticas esportivas. O parque proporcionou ainda o acesso à comunidade menos elitizada a uma área de lazer. Nasce assim o Parque José Rollemberg Leite - Parque da Cidade, inaugurado pela primeira vez em

12 de março de 1979. No entanto, fortes chuvas caíram sobre a cidade de Aracaju e acabaram destruindo a estrutura construída no local.

Somente em 1985 o parque foi replanejado e reconstruído de modo que o maior enfoque foi direcionado ao lazer e à prática de esportes como é possível observar na afirmação de Plácido (2005, p. 194) quando assinala que

O local oferecia serviço de charrete, trenzinho e possuía 3 campos de futebol em areia, 5 campos de futebol gramado, 4 quadras polivalentes, 2 quadras de tênis, pista de bici-cross, moto-cross, patinação e aparelhos de ginástica (PLÁCIDO, 2005, p 194).

A inauguração aconteceu no dia 25 de maio. A festa de inauguração do Parque da Cidade contou com a presença do grupo musical Balão Mágico e do artista global Castrinho e atraiu mais de 40 mil pessoas (figura 01).



Figura 01: Inauguração do Parque da Cidade. Fonte: Jornal Gazeta de Sergipe, n. 7.967 - 27/05/1985.

Por algum tempo o parque permaneceu em bom estado de funcionamento, no entanto na década de 90 houve um descaso por parte das autoridades tanto municipais quanto estaduais que causou um abandono, fato este que repercutiu entre a população aracajuana.

No ano de 2009, o Parque da Cidade foi reformado de maneira que o Estado entregou ao público o parque revitalização com espaço de lazer, de alimentação e terapia. Para o lazer o Parque da Cidade tem espaço para apresentações culturais, parques infantis, mini zoológico, teleférico; para alimentação um restaurante que além de uma comida boa oferece um chorinho nas tardes de domingo; para terapia um espaço para equoterapia. Assim, um espaço público com tantas opções, tem uma frequência elevada de visitantes, por isso se faz necessário que esse espaço seja contemplado com atividades que preserve o bem estar dos visitantes assim como a sustentabilidade ambiental.

Partindo desse contexto, buscamos desenvolver as ações pedagógicas de sensibilização capazes de promover a conscientização da população frequentadores do Parque da Cidade. Estas ações concentraram-se no desenvolvimento de aportes metodológicos eficazes para a implementação da Educação Ambiental Crítica com os frequentadores da APA Morro do Urubu. Assim o presente trabalho foi desenvolvido sob a égide da seguinte questão: Em que medida a Linha do Tempo é capaz de sensibilizar os frequentadores do Parque da cidade para a apreensão de uma educação ambiental crítica, bem como é capaz de desvelar as percepções ambientais dos sujeitos?

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este trabalho buscou envolver os frequentadores do Parque da Cidade em atividades, pedagógica, nomeadamente a Linha do Tempo (figura 02), no sentido de promover um espaço de aquisição de conhecimento acerca da APA e do Parque de maneira participativa. Os dados para análise do potencial da Linha do Tempo para sensibilização foram adquiridos por intermédio da aplicação de um questionário aberto que permitia ao participante responder às questões de maneira livre, podendo este, inclusive, utilizar-se da elaboração de desenhos em suas respostas.

A análise dos dados foi realizada por interpretação do conteúdo dos participantes através das respostas obtidas, embasadas em Bardin (1977). As interpretações foram elencadas em categorias – agrupamento de elementos da mensagem a partir de categorias comuns (Flick, 2009). Foram então estabelecidas três categorias relativas à égide sob a qual circundam a percepção ambiental dos participantes: posturas conservacionista, preservacionista e crítica/política ou emancipatória. Essas categorias nortearam-se nas pesquisas de Oliveira e Guimarães (2012), que delineiam a primeira como centrada na conservação dos recursos, a segunda, como reconhecedorado valor da natureza e dos recursos que ela proporciona e a terceira como elucidativa medida em que a educação ambiental pode contribuir para repensar a herança histórica da destruição do meio ambiente e para a emancipação das práticas do sujeito.

À luz das categorias definidas analisaram-se os discursos implícitos nos conteúdos obtidos através da aplicação do questionário, tendo como sustentáculo as representações sociais manifestadas pelos participantes em suas respostas. A esse respeito, Sêga (2000), recorrendo a Joadelet (1990) e a Moscovici (1990), aponta que

As representações sociais se apresentam como uma maneira de interpretar a realidade cotidiana, uma forma de conhecimento da atividade mental desenvolvida pelos indivíduos e pelos grupos para fixar suas posições em relação a situações, eventos, objetos e comunicações que lhes concernem (SÊGA, p. 190, 2000).

Desse modo, as representações sociais apresentam-se como um campo propício para o viés analítico em investigações em educação e em educação ambiental, uma vez que se mostram capazes de desvelar conteúdos provenientes das transformações de antigos conteúdos, intermediadas por novos conteúdos apreendidos ao longo dos tempos.

Para a elaboração da atividade metodológica foi necessário realizar uma investigação sobre o potencial socioambiental, numa perspectiva de pesquisa participante e elaborar uma proposta significativa para a transformação do que foi encontrado. Ludke, André (1986), ao argumentarem sobre a pesquisa participante ponderam que essa abordagem investigativa considera de maneira simultânea a análise documental entremeada aos dados dos respondentes e informantes, bem como a participação, a observação direta e a introspecção.

Apresentar-se-à agora a Linha do tempo, um dos aportes metodológicos confeccionados para o alcance do resultado deste trabalho.



Figura 02: Exposição da Linha do Tempo. Fonte: Arquivo do Projeto Sala Verde na UFS.

A Linha do Tempo trouxe uma exposição de fotos que retratavam o passado e o presente do parque. Permitiu ao participante a oportunidade de expressar o seu desejo de como deseja ver o espaço futuramente retratando suas concepções e reflexões sobre Educação Ambiental e sobre o modo como o homem transforma a natureza. Esta oportunidade consistiu na obtenção de relatos representados em desenhos, frases ou textos.

A primeira imagem foi sobre o livro Tratado Descritivo do Brasil de Gabriel Soares de Sousa. A escolha da imagem se deve ao fato de que foi neste livro que o Morro do Urubu

foi citado pela primeira vez. Este livro foi escrito em 1587, no período da colonização das terras brasileiras, e enviado para Portugal informando dados importantes como geográficos, botânicos, etnográficos e linguísticos da colônia.

A segunda imagem trouxe a imagem da cidade de Aracaju no ano de 1920. A escolha se deu para apresentar o desenvolvimento socioeconômico do Bairro Industrial, região próxima ao parque. Com essa imagem foi possível ressaltar a relação entre a ocupação humana e os efeitos no meio ambiente, assim ficou evidenciado que o desenvolvimento socioeconômico na referida região favoreceu a degradação do espaço pertencente ao Morro do Urubu. O processo de instalação das indústrias têxteis na localidade e o crescimento habitacional fizeram com que se acelerasse o desmatamento da Mata Atlântica, vegetação nativa do referido espaço.

A terceira foto mostrou o ilustre poeta, escritor e jornalista sergipano Joel Silveira, que em 1953 publicou na Revista Aracaju Cheia de Graça um poema intitulado "Os mistérios do Morro do Urubu". O poema trazia uma visão romântica e misteriosa do morro que ressaltava os mitos do local construídos pela população, a beleza da Mata e ao mesmo tempo fazia um convite para a população aracajuana à visita ao espaço.

A quarta imagem trouxe a foto de inauguração da Av. Euclides Figueiredo em 1975. Esta avenida se tornou a principal via de acesso para o Morro, bem como possibilitou o acesso de transporte coletivo pelo local. A quinta fotografia retratou o momento de idealização da construção de um parque destinado ao lazer para a comunidade.

A sexta imagem sequenciou a anterior, pois mostra o parque já construído em 1979. Porém, neste período fortes chuvas caíram sobre Aracaju e destruíram grande parte do que já havia sido construído. A sétima imagem mostrou a reinauguração do parque que recebeu o nome de José Rollemberg Leite.

A oitava imagem trouxe uma foto satélite de todo o espaço do Morro do Urubu que em 1993 foi institucionalizado numa APA. A nona fotografia apresentou um depoimento de uma frequentadora que se mostrou indignada com o descaso por parte da administração pública em relação ao parque.

A décima imagem fez menção a um trabalho desenvolvido por alunos do Instituto Federal de Sergipe que tem como objetivo ressaltar o potencial ecoturístico do Parque da Cidade através de uma trilha construída no local. Ainda focando o ecoturismo estava a décima primeira imagem que mostrou o teleférico implantado na última reforma, em 2006.

Por fim, a décima segunda imagem retratou as práticas de educação ambiental crítica desenvolvidas pelos integrantes deste projeto ao longo da sua execução. A imagem



selecionada apresentava a interpretação de crianças acerca da APA do Morro do Urubu e foi obtida através de uma prática realizada no ano de 2010. As imagens seguintes foram sendo acrescentadas durante o decorrer das explanações. Elas foram confeccionadas pelos próprios participantes da atividade que expressavam livremente suas opiniões de preservação do local, contribuindo desta forma, para o processo avaliativo da metodologia apresentada.

A atividade foi montada em uma sala localizada na entrada do parque, de fácil acesso ao público que visitava o local. Nesse espaço foi montada a referida atividade que atraiu visitantes de diferentes faixas etárias, bem como de localidades diferentes. Durante a explanação observou-se que muitos dos participantes se identificavam com o contexto da foto, recordavam e descreviam suas experiências e assim contribuía durante a atividade.

O objetivo da atividade foi sensibilizar os frequentadores acerca das ações antrópicas realizadas e demonstradas nas imagens e levar estes a refletirem sobre o contexto histórico na perspectiva de transformar o presente. Como o próprio título da atividade informa realizou-se um apanhado da própria história do Parque. De acordo com Bittencourt (2003) a importância da história na EA se justifica no fato de que se faz necessário relacionar o papel do homem no processo de transformação do meio ambiente para que seja possível dimensionar a função da EA para além do tempo presente observando assim os limites e o poder das ações humanas. Esta mesma autora norteou ainda as possibilidades do uso e da interpretação da história para esta atividade, pois segundo ela há a

(...) necessidade de preservar determinados lugares como „como espaços da memória“. De que história tal ao qual paisagem natural ou urbana participou? Como ocorrem as transformações de um espaço? Observar, descrever cenários, comparar o que está sendo visto agora com fotos ou ilustrações de outras épocas [cria] métodos para um aprendizado que transforma o olhar passivo em olhar questionador, que estabelece relações, que favorece a busca de respostas, que indaga o espaço em suas permanências e transformações e sobre as pessoas que nele vivem (BITTENCOURT, 2003, p.57-58).

É importante observar que a Linha do Tempo focou no espaço do Morro do Urubu verificando que já era citado nos relatos do período da colonização brasileira, antes mesmo do processo de construção do Parque da Cidade, e pontuou também os anos mais relevantes deste espaço, diante dos aspectos econômico, social e cultural. Estes registros foram conseguidos através de pesquisas em jornais nos arquivos públicos municipal e estadual, registros fotográficos do próprio grupo de pesquisa GEPEASE (Grupo de Estudo e Pesquisa de Educação Ambiental de Sergipe) e pesquisas bibliográficas. A exposição da Linha do Tempo

continha 12 imagens obtidas pelos participantes do projeto e as outras surgiam após a explicação, configurando a interpretação dos participantes.

Assim, o desenvolvimento deste trabalho de investigação partiu da premissa de que é preciso acreditar que o ser humano cuida daquilo que ama e que só se ama aquilo que efetivamente se conhece, buscando dessa forma, demonstrar para os sujeitos que nele estiveram envolvidos a educação ambiental como uma ferramenta fundamental para desenvolver o sentimento e o valor de pertencimento, zelo e cuidado com o meio ambiente, no caso, o Parque Estadual Governador José Rollemberg Leite, na APA Morro do Urubu.

### A SENSIBILIZAÇÃO DOS FREQUENTADORES

À luz da análise dos dados obtidos por intermédio das respostas dos participantes inferiram-se os resultados que serão apresentados a seguir. Com a atividade metodológica da Linha do Tempo, puderam-se observar as concepções que sujeitos participantes da pesquisa têm sobre o meio ambiente e sobre o próprio Morro do Urubu. Estas concepções se manifestaram em depoimentos visuais e textuais, doze no total. Entretanto, para a construção deste artigo foram selecionados quatro depoimentos procedentes de participantes de diversas localidades.

O primeiro deles é um depoimento textual onde é possível verificar que há uma reflexão sobre a consequência das ações antrópicas, na qual o homem é totalmente responsabilizado pela mitigação dessas consequências. Todavia, observa-se um apelo à prática da preservação, ancorada em uma visão reducionista da natureza, como se esta se resumisse ao mundo animal. (figura 03).

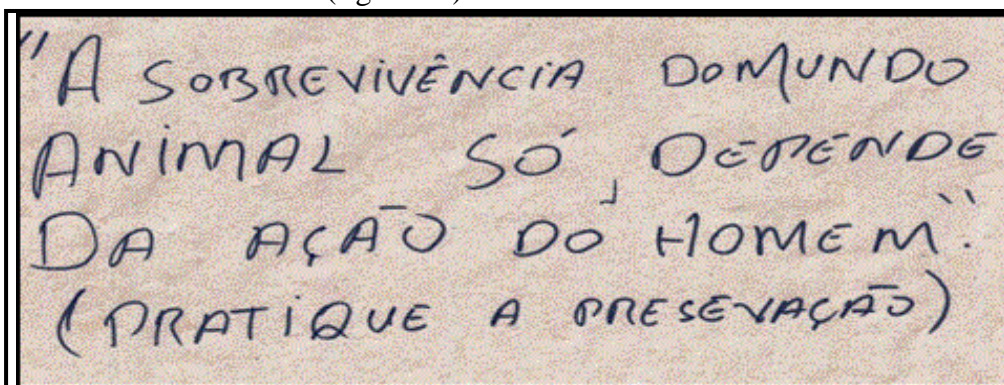


Figura 03. Depoimento textual. Fonte: Arquivo do Projeto Sala Verde na UFS

A esse respeito, Pimentel, Soares e Estolano (2012) apontam que a vertente preservacionista

(...) traz em seu bojo a separação entre o ser humano e os outros componentes do meio ambiente, e, de alguma forma, mantém o ser humano a parte da natureza, e acaba, por vezes ingenuamente, coadunando com o antropocentrismo capitalista, assim como consolidando o individualismo através da crença de que mudanças de comportamento individuais serão capazes de transformar a relação entre a sociedade e o meio ambiente (PIMENTEL; SOARES; ESTOLANO, 2012, p. 04-05).

Diante do que nos apresentam as autoras, é possível caracterizar a postura analisada como preservacionista, posto que o indivíduo responsabiliza a espécie humana como única responsável pela preservação da natureza, reconhecendo-se, desse modo, de forma externa ao meio ambiente, desvelando assim, uma visão antropocêntrica em relação ao meio.

É importante salientar que a informação prestada pelo participante não nos permite identificar o que o mesmo compreende por preservação, mas diante da análise depreendida do discurso elencado antes do aparecimento da palavra preservação, torna-se possível considerar como acepção dessa informação o conceito aclarado por Eckholm (1982); Diegues (1994); Franco (2012) quando apontam que o preservacionismo prima por uma preservação da natureza em seu estado natural, isto é, sem interferência humana em sua forma. Desse modo, o ser humano é concebido como um ser prejudicial e danificador do meio ambiente, que, por sua vez, é compreendido como um espaço intocável, divino.

Caminhando nessa direção está também o segundo discurso analisado, no qual os participantes concebem o meio ambiente nessa perspectiva romântica, de natureza intocada (figura 04).

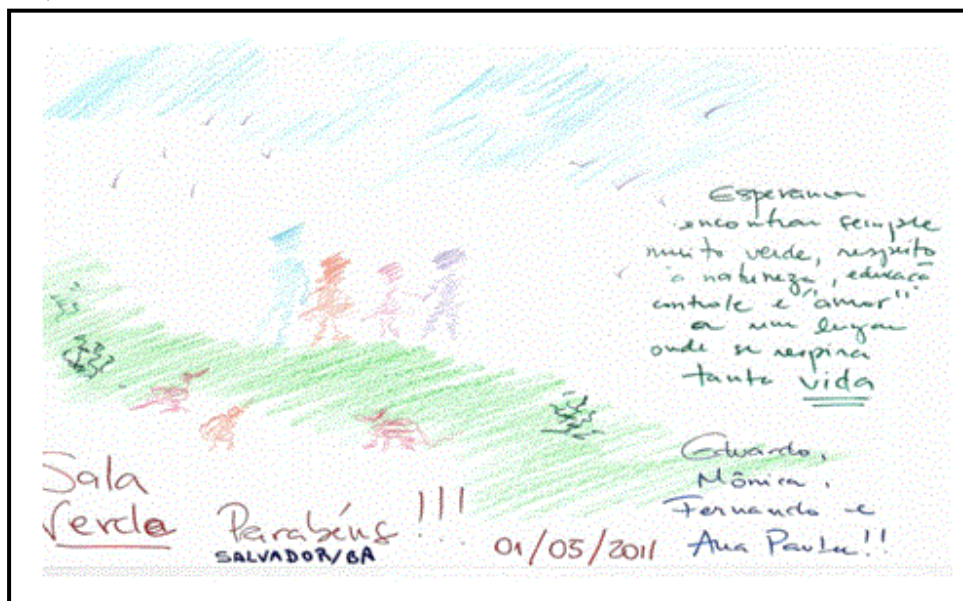


Figura 04. Depoimento textual e visual. Fonte: Arquivo do Projeto Sala Verde na UFS.

No discurso da figura 04, os participantes expressam, além de uma visão romantizada da natureza – presente tanto na proposição “esperamos sempre encontrar muito

verde” quanto na representação visual, na qual é possível identificar sujeitos em paz e harmonia com a natureza que, por sua vez, está representada uniformemente de forma intocada, isenta de ações antrópicas – uma postura antropocêntrica identificada pela palavra "controle".

O controle é definido por Foucault (2005), como um mecanismo discursivo representante de ordenações e classificações, fundamentado, portanto, em princípios de coerção e rarefação do sujeito. No que concerne ao meio ambiente, o aparecimento da palavra controle no discurso implícito no conteúdo dos participantes desvela uma postura reguladora do espaço que passa a ser regulado pelo ser humano, que passa a objetivar controle do uso da natureza, que deixa de ser intocada, mas subserviente ao indivíduo. Contudo, essa subserviência não é desregulada, ela é regulada por intermédio do respaldo de mecanismos de controle, entre eles, o legislativo, principalmente. Essa análise desvela, desse modo, uma postura conservacionista nesse segundo conteúdo. Reificando essa acepção, Carvalho (2005) elucidada que o conservacionismo “entende a natureza como portadora de direitos e tendo um valor em si mesma para além de sua utilidade para os humanos” (p. 56). Por conseguinte,

O conservacionismo mantém-se disponível como uma visão de mundo que informa, não apenas ações de mobilização contra o desaparecimento de espécies, proteção dos animais etc., mas também é particularmente evocado na ação do Estado, que tende a identificar sua política ambiental a uma política de proteção ambiental (CARVALHO, 2005, p. 57).

O terceiro discurso implícito no conteúdo revela uma apreciação pelo ambiente natural expressa pelo participante, bem como o desejo de preservação (figura 05). A frase: "Vamos todos juntos preservar o meio ambiente" apesar de configurar uma espécie de chamamento coletivo para a preservação, não demonstra o sentimento de pertencimento ao meio, identificando os sujeitos de maneira externa, caracterizando, desse modo, uma percepção ambiental antropocêntrica, elucidativa da vertente preservacionista, outrora aqui esboçado.



Figura05. Depoimento de um participante. Fonte: Arquivo do Projeto Sala Verde na UFS.

O último conteúdo analisado foi o único que demonstrou uma reflexão mais profunda acerca do meio ambiente, pois nele o sujeito expressou o anseio de ter o Parque da Cidade não só para uso da geração presente, mas também para uso de gerações futuras, embora esse fato não demonstre ainda uma apreensão de uma reflexividade crítica, esse foi o discurso que mais se encaminha para a vertente ambiental crítica (figura 06).

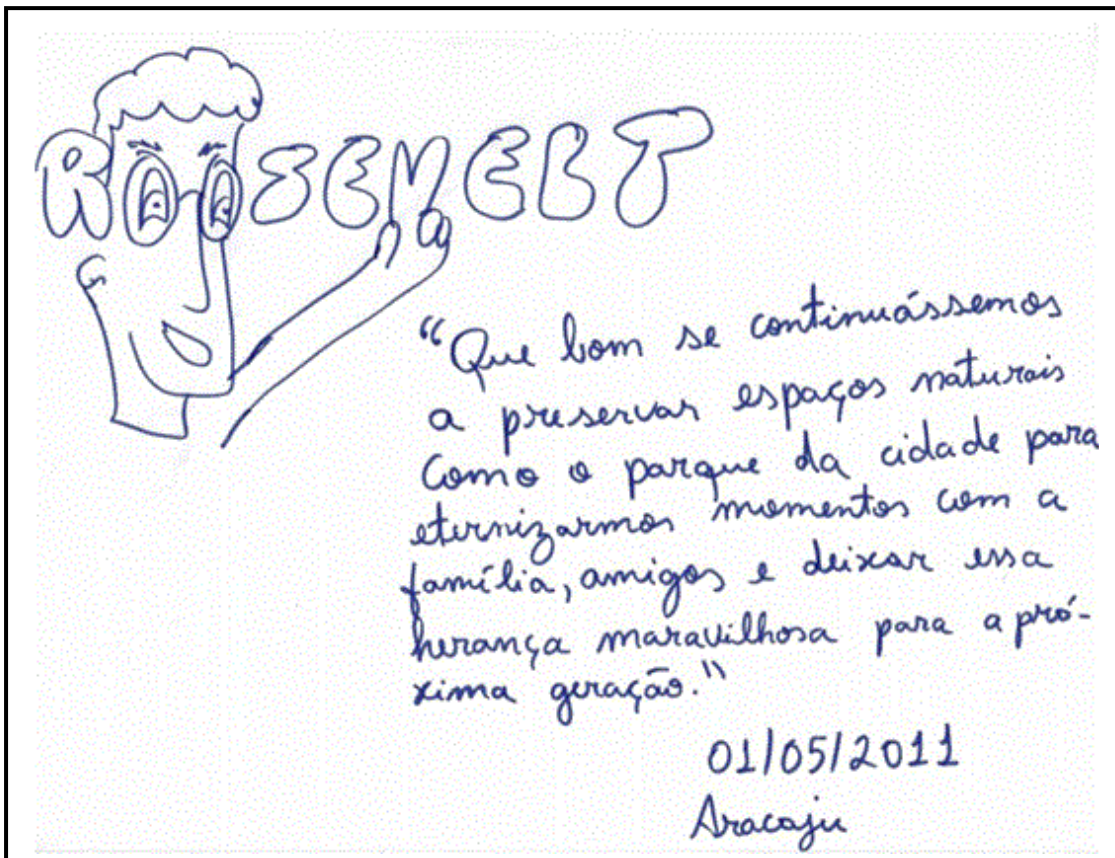


Figura 06. Depoimento textual. Fonte: Arquivo do Projeto Sala Verde na UFS.

A preocupação apresentada pelo participante em preservar para as gerações futuras está presente também na Constituição da República Federativa do Brasil, que no seu artigo 25 diz que “todos têm direito ao meio ambiente equilibrado, bem de uso comum do povo e

essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e as futuras gerações” (BRASIL, 1988, s/p).

Ao evocar essa preocupação, o sujeito exime-se do sentimento de pertencimento do meio ambiente, apresentando-se sob uma visão antropocêntrica, cuja qual depreende uma postura ambiental preservacionista, que também está respaldada na percepção romantizada da natureza, expressa no adjetivo “maravilhosa”, relativo à palavra “herança” que, por sua vez, assume a função substantiva do Parque da Cidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tendo em vista a preocupação com a preservação do meio ambiente no Brasil e no estado de Sergipe é que se buscou desenvolver um trabalho que promovesse uma sensibilização ambiental pela população e propiciasse aos envolvidos uma tomada de consciência e ações divergentes da lógica do avanço da tecnologia, da ciência e da indústria presente no atual modelo civilizatório que motiva o consumo exacerbado e a consequente degradação ambiental.

Vale ressaltar que as condições de conservação do Parque são boas e esse fato se deve ao esforço do setor público, que mantém em constante vigilância que se não existisse o parque voltaria ser degradado como já foi a um tempo próximo. O desenvolvimento de um recurso que considerou a relação espaço-temporal tornou possível perceber que, através de atividades metodológicas fundamentadas na educação ambiental não-formal, existem possibilidades de se desenvolver práticas intencionais na implementação da educação ambiental crítico-reflexiva para com frequentadores da APA do Morro do Urubu. A atividade metodológica apresentada no decorrer deste projeto teve como principais efeitos a sensibilização dos envolvidos e o despertar do sentimento de pertencimento e corresponsabilidade para com o meio ambiente.

No tocante à análise do conteúdo foi possível verificar que, apesar de sensibilizados, os participantes revelaram, em seus discursos, posturas ambientais preservacionistas e conservacionistas, fato que demonstra a necessidade do desenvolvimento de ações de pesquisa contínuas, a fim de promover a construção de valores relativos à vertente crítica/emancipatória nos sujeitos e, conseqüentemente, a promoção de uma criticidade reflexiva, ancorada, conforme Tozoni-Reis (2006), na apropriação de valores construídos dinamicamente, coletivamente, cooperativamente, continuamente, interdisciplinarmente e democraticamente.

Dessa forma, cabe afirmar que de fato é possível implementar a educação ambiental crítica, visto que este objetivo foi alcançado com êxito. Se ações como estas fossem realizadas constantemente a realidade no Parque da Cidade poderia ser outra. Destarte, este artigo chega ao fim com a ressalva da sua relevância em proporcionar o desenvolvimento de uma pesquisa participante que correspondeu à sua premissa: sensibilizar os participantes e identificar as vertentes ambientais arraigadas em seus discursos.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Meio ambiente e ensino de História. In: **História & Ensino**: Revista do Laboratório de Ensino de História. Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, 2003.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em 20 de maio de 2014.

CARVALHO, Isabel Cristina M. A invenção do sujeito ecológico: identidades e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In: Sato, M. & Carvalho, I. C. M. (orgs) **Educação Ambiental**; pesquisa e desafios. Porto Alegre, Artmed, 2005.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental**: princípios e práticas. 9. Ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB – Universidade de São Paulo, 1994.

ECKHOLM, E. P. **Down to Earth, EnviromentanHumanNeeds**, New York, W.W. Norton, 1982.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookmam, 2009.

FOUCAULT, Michael. **A ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 12 ed., 2005.

FRANCO, José. [Et al]. **História Ambiental**: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação Ambiental**: no consenso um embate? Campinas: Papyrus, 2000.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação Ambiental - Temas em Meio Ambiente**. D. Caxias: Ed. Unigranrio, 2000a.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas.** Ensaio: aval. pol.públ.Educ., Rio de Janeiro, V. 14, n. 50, p. 27-38, jan. /mar.2006.

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. In: **Revista Cadernos de Cadernos de Pesquisa, n. 118, março/ 2003.** Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742003000100008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742003000100008&script=sci_arttext)> Acesso em 25 de abril de 2012.

LUDKE, Meng; ANDRÉ, Marli E. D. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária, 1986.

OLIVEIRA, Aline Lima de; GUIMARÃES, Mauro. Da Práxis Participativa à Educação Ambiental Crítica: Análises de Propostas Formativas de Educadores Ambientais da Baixada Fluminense. IN: **Revista Tempos e Espaços em Educação.** Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe. – n.8 (jan./jun. 2012)- . – São Cristóvão: Editora UFS, 2011, p. 11-26.

PLÁCIDO, Débora da Rocha. IN: FRANÇA, Vera Lucia Alves e Falcon, Maria Lucia de Oliveira. **Aracaju: 150 anos de vida urbana.** Aracaju: PMA/SEPLAN, 2005.

PIMENTEL, Samara dos Santos; SOARES, Ana Maria Dantas; ESTOLANO, Lilian Couto Cordeiro. Paulo Freire e a questão ambiental: primeira análise. In: **Anais do VI Encontro Nacional da Anppas.** 18 a 21 de setembro de 2012. Belém – Pará – Brasil. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT6-106-344-20120629112031.pdf>> Acesso em 22 de maio de 2014.

SÊGA, Rafael Augusto. O conceito de representação social nas obras de Denise Joadelet e Serge Moscovici. In: **Revista Anos 90**, nº 13, julho, 2000. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/13/13art8.pdf>> Acesso em: 24 de maio de 2014.

SILVA, Kercy da Cunha Teixeira e. **O urbano, o rural e o ambiental nas transformações do bairro Porto Dantas, no norte da cidade de Aracaju-SE.** Dissertação de mestrado. Aracaju, 2004.

SILVEIRA, Joel. Aracaju cheia de graça. IN: **Revista de Aracaju.** V. 01, nº 1, 1943.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil.** 1587.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Temas ambientais como "temas geradores": contribuições para uma metodologia educativa ambiental crítica, transformadora e emancipatória. In: **Educação em Revista;** volume 0, número 27, páginas 93-110. Junho 2006.